

A greve nem foi judicializada ainda, não houve nem julgamento da greve, deputado Barba, como ele corta o ponto dos servidores? Esses servidores não são privilegiados, são professores, são enfermeiras, são pessoas que estão lá na ponta, na periferia, atendendo a população.

O prefeito Bruno Covas quer jogar a conta do ajuste fiscal nas costas dos servidores, que já estão com os salários archoados e defasados, em vez de cobrar a dívida ativa do Estado do Banco Itaú e do Bradesco e em vez de alterar a política de desoneração, que beneficia muitas empresas da cidade de São Paulo, como faz aqui também o PSDB no Governo do Estado.

Estão eu quero dizer que foi sim um golpe, foi na calada da noite sim, porque não se aprova um projeto de lei entre o Natal e Ano Novo. Deputado Barba, V. Exa. já viu isso acontecer? Isso é um golpe, e com muita repressão. Muitos professores foram espancados. Ele jogou, nessa votação, a Guarda Civil Metropolitana contra os professores. Vários professores foram espancados na manifestação na Câmara Municipal de São Paulo.

Se o projeto fosse mesmo bom, se ele quisesse debater, ele não faria isso exatamente entre o Natal e o Ano Novo, porque as pessoas não estavam aqui. Mesmo assim, houve uma forte reação. Repito: greve é um direito, greve não é falta.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos para falar pelo Art. 82, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há sobre a mesa um requerimento do nobre deputado Léo Oliveira, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa de São Paulo no evento Agrishow, em Ribeirão Preto, no período de 29 de abril a 3 de maio do ano de 2019.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 1 - Votação adiada do Projeto de lei nº 640, de 2018, de autoria do Sr. Governador, que institui o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Cacs/Fundeb. Emenda aglutinativa apresentada nos termos do inciso 4º do Art. 175 do Regimento Interno, Art. 26 da Constituição do Estado de São Paulo. Há sobre a mesa um requerimento de método de votação.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, por anuência da minha líder, peço a palavra para encaminhar pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra para encaminhar em nome do PT.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público nos acompanha pela TV Alesp, trabalhadores desta Casa, público das redes sociais, eu poderia, hoje, nesta tribuna, falar de várias coisas que estão acontecendo no País.

Houve a prisão do presidente da CNI, o Robson Braga, a questão do Paulo Vieira de Souza, vários temas quentes, notícias, o pacote anticorrupção do Moro foi mandado ao Congresso, mas subo a esta tribuna para falar de outra coisa, que é lamentável e que vem acontecendo neste País.

Hoje, por volta das 16 horas, o presidente da Ford Brasil, o Lyle Watters, e seu vice-presidente, que eu conheço pessoalmente, Rogério Goldfarb... A diretoria, a direção mundial da Ford, empresa onde trabalhei por 25 anos - sai de lá em 2015, estava licenciado para exercer meu mandato, me aposentei lá - anunciou o fechamento da planta da Ford em São Bernardo do Campo, no bairro do Taboão.

Essa planta existe há mais de 70 anos no Brasil. Era uma fábrica muito grande, passou por várias reestruturações, foi reduzindo, reduzindo. Eu participei da negociação de quatro reestruturações produtivas dessa fábrica com a entrada das novas tecnologias, novos métodos de produção, redução de custos, novas tecnologias de trabalho, novos métodos de trabalho, fizemos várias negociações para manter essa fábrica viva aqui no Brasil.

Aliás, desde 1999, portanto há 20 anos, ela vem discutindo seu fechamento aqui e em São Bernardo. E a Ford é uma empresa global. Em seu plano de estruturação ela quer economizar 460 milhões de dólares, dos quais 100 milhões de dólares seriam exatamente para fazer aquelas chamadas despesas recorrentes, que são as despesas recorrentes no ano, e 360 milhões para investir no fechamento. Mas vejam bem, ela tem um plano de nova reestruturação global para o mundo de 11 bilhões de dólares, dos quais 7 bilhões ela quer gastar para fazer um novo modelo de negócios no mundo, seja no apoio à Credit Ford, que é um apoio financeiro, seja no apoio do lançamento de novos produtos.

E é lamentável, porque não é algo que só a Ford está fazendo. A GM também está ameaçando o Brasil e o estado de São Paulo. A GM tem uma planta em São Caetano, grande, que é a terceira receita de São Caetano. Tem uma planta em São José, também grande, com mais de dez mil trabalhadores, várias linhas de produtos, a de São Caetano também.

Tem uma planta em Mogi das Cruzes, uma no Rio Grande do Sul, está instalada aqui há muito tempo, ganhando dinheiro, mandando divisas para fora. Pouco investe no País e também ameaça fechar. Sobre essa decisão da Ford, que estou tentando discutir, acho que esta Casa e o governador do estado de São Paulo, João Doria, devem começar a olhar para essas coisas.

Embora seja o setor privado, qual é o papel do Estado? Das autoridades? Desta Casa? Até quando esta Casa vai assistir ao fechamento de empresas que vêm aqui e recebem benefícios? Um setor que recebeu muito benefício de desoneração nos governos do presidente Lula, do Fernando Collor de Mello, do Itamar Franco, quando construímos um acordo com o setor automotivo.

Então, são empresas, setores, que têm condições de refinar uma reestruturação e manter a planta aberta no Brasil. Quando eu fui para a Ford, dia seis de agosto de 1990, era Autolatina e eu trabalhava na Volks. A Ford, só na planta de Taboão, tinha algo em torno de 13 mil trabalhadores, entre o setor horista e mensalista, fora a planta do Ipiranga e a planta de fundição que tinha lá em Osasco. Portanto, naquele momento a Ford representava algo em torno de 20 mil trabalhadores nesse País, só no estado de São Paulo. E foi reduzindo, reduzindo, com fechamentos, e chegou a esse número que hoje é de 2.800 trabalhadores diretos, com mais algo em torno de 2.000 e poucos terceirizados. Estamos falando de cinco mil trabalhadores, que estão locados dentro da Ford; estão dentro daquela planta.

Portanto, a Ford avisa, para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, numa reunião de hoje, que ia fazer o anúncio agora à tarde, nos Estados Unidos, do fechamento da planta. Os trabalhadores, a partir das 15 horas e 30 minutos, mais ou menos, entraram em greve. Vai ser uma luta dura, importante. Estarei lá para poder acompanhar, com meus amigos do sindicato, meus amigos do Sistema Único de Representação. Iniciou-se uma luta para rediscutir, porque a Ford tem que rever essa posição.

Mas é necessário também que uma Casa como essa se manifeste. Que uma Casa como essa faça um documento, uma moção de repúdio a essa atitude empresarial gananciosa de só vir aqui - no estado de São Paulo e no Brasil - e ganhar o dinheiro; e, quando bem interessa, correr para outros lugares.

Hoje, a Ford tem, no mundo, 199 mil trabalhadores, quase 200 mil. Deve ter uma plataforma de negócios, de motores e carros mundiais. As plataformas, hoje, de quase todas as empresas nesse setor são globalizadas, portanto favorecem a que a empresa possa fechar num lugar e abrir no outro. Deve ter algo em torno de 40 plataformas mundiais, em cima das quais ela monta sua linha de produtos, sejam automóveis pequenos ou médios, ou as chamadas SUVs.

Portanto, ela está anunciando o fechamento da fábrica do F-4000, um caminhão importante para transporte de carga aqui; de um caminhão extra-pesado; da linha F-350, que é de picapes; e da linha do New Fiesta. Esse último foi uma negociação que eu coordenei, para a vinda desse carro. Ele era fabricado na Europa, mudou para o México e, depois, para o Brasil. Então, ela está anunciando o fechamento dessas quatro linhas de produtos.

É um momento difícil no nosso País, quando milhões de pessoas estão desempregadas e quase 24 milhões de pessoas estão trabalhando por conta própria. É o bico, quando você trabalha menos de 40 horas semanais e vende alguma coisa para tentar se sustentar. Vem uma empresa, uma multinacional, uma transnacional, uma empresa mundializada - como queira chamar - e anuncia o fechamento. E olha que a Ford ainda tem uma prática de discutir com o sindicato, de negociar. Eu, nos meus 25 anos na Ford, negociei vários produtos naquela fábrica.

Então, é um momento lamentável e triste da história da região do ABC, uma região importante, mesmo nesse momento em que a economia não aqueceu ainda. O PIB daquela região, hoje - somada toda a atividade econômica no ano de 2018 -, foi algo em torno de 114 bilhões de reais. Com a perda de uma empresa dessa, se a GM realiza as ameaças que tem feito ao Governo do Estado de São Paulo, ao presidente da República, às autoridades brasileiras, você perde uma renda importante num setor importante do nosso País.

Nós já chegamos a ser o quarto consumidor de automóveis no mundo. A Ford só tem duas fábricas de caminhões no mundo, uma na Turquia e outra aqui no Brasil. O ABC já foi o oitavo polo produtor de caminhões do mundo; não é pouca coisa. Então, se as autoridades e nós, deputados e deputadas, não tivermos o cuidado de começar a discutir o que está acontecendo na economia do estado de São Paulo... Não só discutir as questões do Estado, dos servidores, de fiscalizar o Governo e legislar, que são nossas tarefas; mas também discutir para que rumos tem que ir a economia do estado de São Paulo.

Então, presidente Cauê Macris, eu gostaria de me dirigir ao Sr. Presidente, solicitando que esta Casa faça uma moção de apoio aos trabalhadores da Ford e da GM. A GM não anunciou o fechamento, tem ameaçado, mas não anunciou ainda, não é? Encaminhe essa moção de apoio ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, mas também uma moção de repúdio à atitude da direção da Ford, ao presidente Lyle Watters e seu Rogelio Golfarb.

Eu conheço pessoalmente, o Lyle eu não conheço, mas por trabalhar 25 anos lá e negociar muito, eu conheço essas autoridades que eu estou falando. Um já presidiu o Anfavea, que é o Rogelio Golfarb, para que revejam a posição. Vamos abrir uma nova frente de negociação para tentar resolver o problema, que é mais crucial para qualquer um de nós, os trabalhadores e as trabalhadoras, que é quando você perde o emprego. Uma família, quando alguém perde o emprego, começa a mexer na estrutura da família, deputada Beth Sahão. O emprego é o ponto de equilíbrio do homem, da mulher, do jovem.

Nós, os deputados, trabalhamos nos nossos setores e já passamos por isso. Então, precisamos... Presidente, gostaria que fosse encaminhada essa moção, apoiada aqui pelos 94 deputados. Se algum deputado achar que não deve apoiar, não tem problema, não precisa, mas gostaria que a Casa encaminhasse essa moção que eu estou propondo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - É só para trazer aqui a informação, acho que em primeira mão, de que o ex-ministro e atual presidente da SP-Desenvolve acaba de pedir demissão do Governo do Estado, em função das denúncias que eu acabei, há pouco, de citar na tribuna.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação pela liderança da PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança da PSOL, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, volto a esta tribuna para fazer o encaminhamento desse projeto que nós estamos votando, que é um projeto que trata da questão do Fundeb - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que trata, na verdade, do conselho do Fundeb.

É um projeto importante e necessário, mas eu queria fazer uma reflexão antes sobre uma questão importante, que é o financiamento da Educação, que tem a ver com o Fundeb, logicamente. Aliás, este ano ele tem que ser renovado, o Fundeb. Vai ter votação no Congresso Nacional, e nós sempre defendemos o aumento do financiamento na educação pública brasileira, até porque o Brasil investe pouco em Educação.

O Brasil tem uma dívida histórica com a educação pública. Nunca houve, de fato, investimento em educação pública, e nós aprovamos o Plano Nacional da Educação em 2014. Aprovamos o plano nacional e depois o plano estadual. Em ambos os planos, nós defendemos e aprovamos a elevação do financiamento da Educação de cinco para 10%, num prazo de dez anos, ou seja, que até 2024 a Brasil invista, no mínimo, 10% do PIB, do Produto Interno Bruto, em educação pública de qualidade.

Isso foi aprovado. A meta 20 do Plano Nacional de Educação é esta: 10% do PIB em Educação. Só dessa maneira a gente tira o atraso educacional do Brasil. Sem aumento de investimento não tem saída para o Brasil, e essa é a nossa grande luta, porém, nós aprovamos em 2014. Foi um avanço importante, porém, com a Emenda 95, aprovada no governo Temer, a famosa PEC da Morte, aprovada em 2016, que congelou os investimentos por 20 anos...

Isso nunca aconteceu em nenhum país do mundo, não é? Que um governo congela, por 20 anos, os investimentos em Educação pública, em Saúde, em Assistência, em Segurança Pública. Todas as áreas foram congeladas por 20 anos. Foi a famosa PEC da morte, hoje Emenda Constitucional 95, o que eles chamam de a PEC do teto. Na verdade, do teto para as áreas sociais, teto de investimento para a população, porque a única área que não foi afetada pelo teto foi a de pagamento de juros da dívida pública. Essa liberou geral: não tem teto, não tem limite, pode continuar aumentando e pagando.

É por isso que eles estão atacando agora a Previdência, o Fundo Previdenciário. A reforma da Previdência, que é defendida por quase todos os governos e partidos, nada mais é do que um ataque ao dinheiro dos trabalhadores, do Fundo Previdenciário, que será transferido para o pagamento de juros da dívida pública, para beneficiar bancos, rentistas e especuladores. É uma farsa essa PEC do teto, que agora tem teto de gastos.

Isso foi para acabar com investimento em áreas públicas e congelar qualquer possibilidade de aumentar esses investimentos. O fato é que a Emenda 95 inviabiliza a Educação brasileira. É isso que eu quero dizer. Inviabiliza inclusive o Fundeb. Estamos votando aqui o Fundeb, mas ele já está ferido de morte por conta da aprovação dessa PEC do teto. Nós não vamos conseguir investir 10% do PIB em Educação no prazo de dez anos, como determina o Plano Nacional de Educação, que é uma lei federal.

Eu quero fazer essa consideração. Nós temos que romper, nós temos que revogar a PEC 95. Nós temos também que lutar contra essa reforma da Previdência, que talvez seja apresentada amanhã pelo governo federal, que ataca também a Educação, sobretudo as trabalhadoras e os trabalhadores da Educação, porque acaba com a aposentadoria especial do Magistério, que foi uma longa e dura luta do Magistério nacional para que nós pudéssemos consolidar essa conquista na Constituição Federal. A proposta apresentada pelo Bolsonaro, que está sendo ventilada, acaba praticamente com a aposentadoria especial do Magistério. É um verdadeiro absurdo, um verdadeiro retrocesso.

Aqui em São Paulo, gostaria de ainda mencionar que nós estamos preocupados. Nós conquistamos através da Apeesp, que entrou com uma ação na Justiça e conquistou o direito ao reajuste salarial para todos os professores do Estado, um reajuste de 10,15 por cento. Ganhamos em todas as instâncias da Justiça, no TJ. Porém, ano passado, após essa grande vitória, o ex-governador Alckmin foi ao Supremo Tribunal Federal e conseguiu uma liminar com a ministra Cármen Lúcia para suspender o reajuste. Conseguiu a liminar, uma autorização e suspendeu.

Por que nós ganhamos esse reajuste? Porque o estado de São Paulo, o Estado mais rico da Federação, não paga o valor do piso nacional salarial, que é instituído por uma lei federal. Ou seja, o estado mais rico do Brasil afronta a lei federal e não paga o piso nacional salarial, que já é baixo. Para o estado de São Paulo e para o Brasil ele é muito baixo. O estado de São Paulo não paga. Nós ganhamos justamente para que o estado de São Paulo pelo menos pague o piso nacional salarial.

Porém, o Governo conseguiu congelar, impedir através de uma liminar, que esse reajuste de 10,15% fosse concedido aos servidores. Isso é um absurdo total. O mesmo Supremo que deu uma liminar congelando os salários dos servidores, dos professores do Magistério estadual, se autoconcedeu recentemente um aumento de 16 por cento. É uma incoerência sem precedentes, o Judiciário a serviço do governo estadual.

Queria fazer essa consideração também. Como o tema é Educação, não posso deixar de registrar a nossa indignação com a Secretaria Estadual da Educação, que está desmontando vários programas, está desmontando agora o programa “Escola da Família”, um programa que já é muito precarizado, não tem recursos, mas, de qualquer forma, ele existe, e o governo, o atual secretário está desmontando o programa, rompendo os contratos com as universidades, com os estagiários e também através da aprovação de uma resolução, a Resolução nº 1/19, que tirou o vice-diretor desse programa.

Então, praticamente, o programa “Escola da Família” está sendo desmontado pelo governo Doria aqui em São Paulo, e olha que o projeto é do próprio PSDB, do próprio Geraldo Alckmin. Lembro-me que ainda era da época do Chalita esse projeto “Escola da Família”.

Então, um desmonte. Nós, inclusive, vamos realizar, no dia 21, na quinta-feira, uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa com estudantes, com pais de alunos, professores, estudantes universitários, contra esse desmonte do programa “Escola da Família”.

É um desmonte geral da escola. Fechamento de nove mil salas, turnos foram fechados, o aumento da superlotação de salas. É um caos que a rede estadual está vivendo hoje. Então, por isso que é importante que haja fiscalização das entidades representativas, não só do Magistério, mas da sociedade civil.

Que o Fundeb seja realmente fiscalizado aqui no estado de São Paulo. Que possamos dar força aos movimentos da sociedade, sobretudo ao conselho de escola. Cada escola estadual tem um conselho. Esse conselho tem que ser valorizado, ele tem que funcionar, fiscalizar e reivindicar melhores condições de funcionamento para as nossas escolas estaduais.

Então, queria fazer essas considerações antes de colocar em votação esse projeto que trata da questão do Fundeb, do financiamento da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento de método de votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação o item 1 do requerimento de método de votação. Em votação o projeto, salvo as emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

Em votação o item 2 do requerimento de método de votação. Em votação emenda aglutinativa salvo partes destacadas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a emenda aglutinativa salvo as partes destacadas.

Em votação o item 3 do requerimento de método de votação. Em votação, destacadamente, a expressão “14 membros, sendo”, constante no caput do artigo 3º, e a expressão “I a VIII”, constante no §1º do artigo 3º. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

Em votação o item 4 do requerimento de método de votação. Em votação a Emenda nº 1. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a emenda.

Em votação o item 5 do requerimento de método de votação. Em votação as emendas de nºs 2 a 9, englobadamente. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

Convocação. Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, §5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos e às 15 horas, para a redação final do Projeto de lei nº 640, de 2018, no Auditório José Bonifácio.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.

20 DE FEVEREIRO DE 2019 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: **ANTONIO CARLOS JUNIOR, CORONEL TELHADA, BRUNO CAETANO e CARLOS GIANNAZI**
Secretaria: **CORONEL TELHADA**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANTONIO CARLOS JUNIOR

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

3 - ANTONIO CARLOS JUNIOR

Pede que sejam retirados os radares da Rodovia dos Tamoiis. Ressalta que esta é uma demanda da população. Critica a Artesp, por não aumentar o limite de velocidade na rodovia. Tece elogios ao governador João Doria.

4 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Convoca os Srs. Deputados para uma sessão ordinária.

5 - ANTONIO CARLOS JUNIOR

Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA

Acusa o Poder Público de usar os radares de velocidade nas rodovias não para orientar os cidadãos, mas para multá-los. Questiona diversas ações do Governo que, a seu ver, geram gastos desnecessários para a população.

7 - BRUNO CAETANO

Menciona aplicativo que ajuda o cidadão a acompanhar a atividade dos parlamentares. Comenta denúncias de desvio de dinheiro feitas contra o “Sistema S”. Relata o período em que foi presidente do Sebrae.

8 - JOSÉ BITTENCOURT

Para comunicação, informa que apresentou projeto de lei que inclui no calendário oficial de São Paulo a Feira da Fraternidade de Santo André.

9 - BRUNO CAETANO

Assume a Presidência.

10 - JULIO CESAR

Endossa os pronunciamentos acerca do alto valor dos pedágios nas rodovias paulistas. Comunica que expôs demandas da região de São Carlos ao secretário estadual da Saúde. Defende maior aproximação entre o estado e os municípios.

11 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, cita denúncias contra a Fundação Santo André, que estaria perseguindo professores. Anuncia que tomará providências em relação ao assunto, no âmbito desta Casa.

12 - EVANDRO LOSACCO

Parabeniza o governador João Doria, bem como as forças de segurança de São Paulo, pela transferência de líderes do crime organizado para presídios federais. Deseja que outros governadores sigam o exemplo de Doria.

13 - ORLANDO BOLÇONE

Expressa preocupação com o elevado número de casos de dengue no noroeste paulista. Faz agradecimento ao secretário estadual da Saúde. Relata visita da presidente da Cetesb a São José do Rio Preto, para tratar de temas ambientais.

14 - CARLOS GIANNAZI

Afirma que as professoras recém contratadas não têm tido acesso a todas as vagas disponíveis na rede estadual de ensino, no momento da escolha do local de trabalho. Tece críticas a pronunciamento da deputada federal Joice Hasselmann. Defende maior financiamento para a Educação.

15 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

16 - BRUNO CAETANO

Cita a aprovação, nesta Casa, de propositura relativa ao Fundeb. Defende a diminuição do tamanho do Estado, de modo que, a seu ver, um maior volume de recursos pudesse ser direcionado a áreas essenciais como a Educação.

17 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Discorda do deputado Bruno Caetano. Propõe discussão mais transparente das políticas de desoneração fiscal do estado de São Paulo. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, prevista para as 19 horas de hoje. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Antonio Carlos Junior.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS JUNIOR - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas, Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o deputado Coronel Telhada, para ler a resenha do expediente.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, nós temos aqui duas indicações. A primeira indicação é do prezado deputado Carlos Cezar, indicando nos termos regimentais ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, a adoção de providências, junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, para que sejam realizados estudos visando a instalação de um polo da Etec, na cidade Araci, no município de São Carlos, São Paulo.

Temos também uma indicação minha, deputado Coronel Telhada, indicando nos termos regimentais ao Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, para que faculte aos policiais militares, policiais civis, agentes de escolta e vigilância penitenciária, agentes de segurança penitenciária, agentes de segurança sócio educativos e policiais técnicos científicos, para que possam usufruir da integridade da licença prêmio, prevista na Lei nº 10261/68 e na Constituição Federal, em pecúnia. É somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS JUNIOR - PSDB - Esta Presidência solicita ao nobre deputado Coronel Telhada, para que assuma a direção dos trabalhos.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Neste momento eu assumo a Presidência para que o deputado Antonio Carlos Junior faça uso da tribuna no Pequeno Expediente, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde Sr. Presidente, boa tarde a todos aqueles que acompanham a TV Alesp, boa tarde a todos aqueles que trabalham na Casa. Cumprimentar a nossa Polícia Militar – é uma honra muito grande a Polícia Militar do Estado de São Paulo sempre presente -, cumprimentar os nobres deputados, o nobre deputado Julio Cesar, cumprimentar todos os deputados desta Casa.